

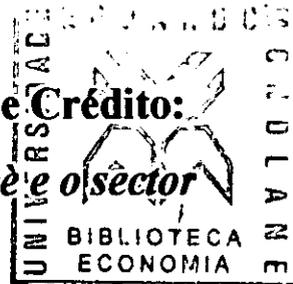
336.717.061(679)

NAR  
TES  
e-2

**Implicações da Assimetria de Informação no Mercado de Crédito:**

*O caso do Relacionamento entre os agricultores do Chókwè e o sector*

*Bancário local*



ECO

76

**Ossemane Juma Narcy**

Setembro de 2006

**Trabalho de Licenciatura**

*Faculdade de Economia*

**Universidade Eduardo Mondlane**

**Maputo, Moçambique**

U. E. M. - ECONOMIA

R. E.	29730
DATA	27/09/06
AQUIÇÃO	oferta
COTA	

**Implicações da Assimetria de Informação no Mercado de Crédito:  
*O caso do Relacionamento entre os agricultores do Chókwè e o sector  
Bancário local***

Trabalho de Diploma apresentado à Faculdade de  
Economia da Universidade Eduardo Mondlane em  
cumprimento dos requerimentos para a candidatura ao  
grau de Licenciatura em Economia

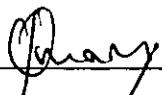
Ossemane Juma Narcy

*Maputo, Setembro de 2006*

## Declaração

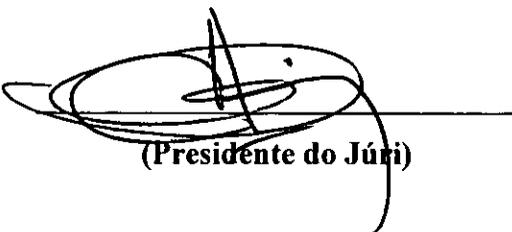
Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição de ensino educacional.

Maputo, aos 08 de Setembro de 2006

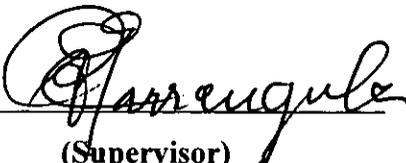
  
\_\_\_\_\_  
**Ossemane Juma Narcy**

## APROVAÇÃO DO JURI

Este trabalho foi aprovado no dia 08 de Setembro de 2006 por nós, membros do Júri examinador da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.

  
\_\_\_\_\_  
**(Presidente do Júri)**

\_\_\_\_\_  
**(Arguente)**

  
\_\_\_\_\_  
**(Supervisor)**

## Índice

Declaração .....	iii
Agradecimentos .....	vii
Lista de Acrónimos.....	viii
Lista de Tabelas .....	ix
Lista de Figuras .....	x
Resumo .....	xi
CAPÍTULO I .....	1
INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Problemática .....	2
1.2.1. Objectivo geral .....	2
Objectivos Específicos .....	2
1.2. Relevância do Tema .....	3
1.3. Delimitação do Âmbito de estudo .....	3
CAPÍTULO II .....	4
2. REVISÃO DA LITERATURA .....	4
2.1. Conceitos .....	4
2.2. Assimetria de Informação nos mercados financeiros .....	6
CAPÍTULO III .....	10
METODOLOGIA.....	10

CAPÍTULO IV .....	14
AGRICULTURA E O MERCADO FINANCEIRO .....	14
4.1. Antecedentes.....	14
4.1.1. Período Colonial (1929-1975).....	14
4.1.2. Período Pós-Independência (1975-1986) .....	15
4.1.3. Período da Economia de Mercado (1987-2004).....	15
4.2. Evolução do crédito bancário em Moçambique .....	16
4.3. Implicações da assimetria de informação no mercado de crédito agrícola bancário: o caso dos agricultores da UCAL.....	19
4.3.1. Posicionamento das instituições financeiras.....	19
4.3.2. Posicionamento dos agricultores .....	24
CAPITULO V .....	29
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	29
5.1. Conclusões.....	29
5.2. Recomendações .....	30
ANEXOS .....	31
Anexo 1. Questionário ás instituições financeiras.....	31
Anexo 2. Ficha do Agricultor .....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	39

A Deus, pela vida e alegria na terra!

Aos meus queridos pais, **Juma Quiba Narcy e Salmina Massemane Maússe**,  
meu avô António Massemane Maússe e meu primo **Gito** que sempre acreditaram em mim.

À **Efigénia** e o nosso filho **Euclésio**, que tanto amo!

### **Agradecimentos**

A todos quantos, de uma maneira ou doutra, me apoiaram a ter acesso a frequência deste curso e todos quantos directa ou indirectamente contribuíram para que este trabalho se tornasse uma realidade.

Um agradecimento especial porém endereço ao Dr. Constatino Marrengula, meu tutor, pela sua disponibilidade, paciência, persistência e perspicácia nas diferentes fases de elaboração deste trabalho. A todos os estudantes e docentes da FE-UEM pelo apoio e empenho prestado ao longo do curso.

Devo também especiais agradecimentos aos meus amigos e colegas da turma de economia de 2000, particularmente ao Meque João Simango Mangate, Benito Guilherme Duarte, Manuel Joaquim Chiau, Elisa Alzira Matos, Evaristo Morreira Monjane, Carlos Bernardino Guambe, Eugénio de Amarante António, Lúcia Nhampossa, Alberto Alexandre Cossa, Francisco Cossa, Jorge Aurélio Modlane, Carmen Grachane, Felícia Esménia Nhantumbo, Domingos Julio Langa, entre outros.

Por fim, não posso deixar de o meu apreço imensurável à minha família, em particular para os meus avós António Maússe e Laura Maússe, aos meus pais Juma Narcy e Salmina Maússe, meu primo Gito Maússe, aos grandes amigos Domingos Julio Langa e Baltazar Nhancale pelo grande apoio moral que prestaram.

### Lista de Acrónimos

BCI-Fomento	Banco Comercial e de Investimentos
BM	Banco Mundial
BMoç	Banco de Moçambique
BPD	Banco Popular de Desenvolvimento
CCADR	Caixa de Crédito Agrário para o Desenvolvimento Rural
CPSFR	Centro de promoção de Serviços Financeiros Rurais
DEE	Departamento dos Estudos Económicos do Banco de Moçambique
ICM	Instituto de Crédito de Moçambique
PES	Plano Económico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
PROAGRI	Programe de Desenvolvimento agrícola
UCAL	União das Cooperativas Agrícolas do Limpopo
CPL	Cooperativa de Poupança e Crédito dos Produtores do Limpopo

### Lista de Tabelas

Tabela 1. Total dos entrevistados a nível das instituições financeiras .....	11
Tabela 2. Total de entrevistas a nível dos agricultores.....	12
Tabela 3. Taxa de Reembolso Por Sector de Actividade .....	18
Tabela 4. Posição das instituições quanto à relação de comprovantes de renda e dos bens necessários para compor o cadastro de financiamento.....	20
Tabela 5. Posição das instituições financeiras rural quanto à quantidade de referências comerciais exigidas e tipos de consultas realizadas antes da aprovação do financiamento ..	21
Tabela 6. Informação do agente financeiro quanto ao nível de conhecimento que tem de seu cliente (potencial mutuário).....	23
Tabela 7. Nível de escolaridade dos entrevistados.....	24
Tabela 8. Área de cultivo dos potenciais tomadores de crédito do regadio de Chókwè .....	25
Tabela 9. Contraposição das informações colhidas (em termos percentuais) junto aos agricultores membros da UCAL e dos gerentes das instituições financeiras.....	27

**Lista de Figuras**

Gráfico 1. Impacto do progresso tecnológico na produtividade agrícola..... 5  
Gráfico 2. Crédito Líquido por Sector de Actividade ..... 17

## Resumo

O presente trabalho pretende avaliar em que medida a assimetria de informação constitui uma barreira no fluxo do crédito ao sector agrícola em Moçambique. O estudo toma como referência os agricultores do regadio de Chókwè (provincia de Gaza). Nos últimos anos a proporção do crédito alocado ao sector agrícola ao nível da banca nacional tem estado a decrescer acentuadamente, quando comparado com o crédito alocado aos outros sectores. Em termos específicos o trabalho visa fazer uma análise empírica sobre as implicações da assimetria de informação na relação entre a banca e os potenciais mutuários ligados ao sector agrícola.

Para o alcance dos objectivos do trabalho, foi usada uma metodologia mista, com destaque para os métodos dedutivo e comparativo. Os resultados empíricos foram colhidos de uma amostra de 50 agricultores pertencentes a União das Cooperativas Agrícolas do Limpopo (UCAL) que compreende as associações dos pequenos e dos grandes produtores em todo o regadio de Chókwè.

Da análise realizada, constatou-se que a tendência decrescente da proporção do crédito alocado à agricultura que se regista no período após a liberalização financeira está entre outros factores associada a assimetria de informação tanto na relação entre as instituições financeiras e os produtores, como dentro dos próprios produtores.

Uma vez que o mercado por si só, ainda não é capaz de resolver as falhas decorrentes do seu próprio funcionamento recomenda-se: (i) O desenvolvimento de acções que permitam uma maior aproximação entre o sector bancário e os agricultores e isso passa, por exemplo, pela capacitação dos agricultores sobre a utilização racional do crédito, através da coordenação entre o Estado e o sector bancário; (ii) No pressuposto de que a maioria dos agricultores são pobres, o financiamento das associações dos agricultores pode ser um meio para o apoio daqueles, pois a responsabilidade nesta situação é solidária e o nível do risco moral pode ser menor quando comparado com o financiamento individual; (iii) Como uma questão de reflexão, a criação de uma instituição que garanta o seguro contra os riscos de maus resultados da campanha agrícola, em que possam ser empregues fundos da Acção Social, através da criação de um pacote para esse fim.

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

Em Moçambique, a agricultura, considerada base do desenvolvimento da economia<sup>1</sup> tem tido um contributo económico aquém das expectativas. Apesar do sector agrícola ocupar a maior parcela da população economicamente activa<sup>2</sup>, o rendimento deste sector em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) tende a decrescer, o que pode estar a reflectir a prevalência dos modos de produção tradicionais, que derivam da incapacidade de acesso as novas tecnologias de produção. O fluxo de crédito menos favorável a agricultura tem sido referido como um dos factores que dificultam o alcance dos melhores resultados ao nível deste sector.

Realmente, a percentagem do crédito, ao nível do sistema bancário, alocado à agricultura, tem estado a decrescer aceleradamente no período entre 1987 e 2004. Um dos grandes entraves relacionados ao crédito bancário ao sector agrícola em Moçambique, e talvez o mais importante, é a experiência de inadimplência sofrida pelos agentes financeiros no período antes da liberalização financeira que baixou a confiança que estes depositavam aos agricultores.

O objectivo deste trabalho é avaliar em que medida a assimetria de informação constitui um entrave na oferta de crédito bancário ao sector agrícola em Moçambique, considerando o caso dos agricultores de Chókwè.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo este o introdutório e inclui a introdução, a problemática, os objectivos e a relevância do trabalho. É feita no segundo capítulo a definição dos principais conceitos e a revisão de literatura sobre a Assimetria de Informação. No terceiro capítulo apresentam-se os procedimentos metodológicos. No capítulo seguinte, analisam-se as implicações da assimetria de informação no mercado de crédito, parte esta que compreende os resultados e discussões ligadas à relação entre os agricultores de Chókwè e a banca local. E, por último, o quinto capítulo apresenta as conclusões e recomendações.

---

<sup>1</sup> Constituição da República de Moçambique, artigo 39, 1990 e 2004.

<sup>2</sup> Segundo o relatório do Banco Mundial (2005:17), cerca de 80% da população moçambicana economicamente activa está empregue no sector da agricultura ( que agrega a agricultura, florestas e pesca), sendo que os sectores de serviços (incluindo o Governo) e a indústria empregam 15% e 5% respectivamente.

## **1.1. Problemática**

O potencial agrícola em Moçambique é enorme e diversificado tanto em culturas para a exportação bem como para o consumo interno. Não obstante aquele potencial, o contributo do sector agrícola para a economia nacional não justifica o seu papel como base para o desenvolvimento como está previsto na constituição. A quota parte do sector agrícola no PIB tem vindo a registar um declínio constante sobretudo ao longo do período em análise (vide a tabela em anexo 3), contribuindo actualmente com 24-30% no PIB nacional e, representa 3% do total do volume de negócios ao nível da economia (KPMG, 2004:103).

Um dos factores apontados como responsável do baixo contributo da agricultura na economia nacional é a redução da oferta de crédito bancário ao sector agrícola. Assim a seguinte pergunta se coloca:

Que factores concorrem para redução da proporção do crédito bancário alocado ao sector agrícola?

O argumento base é de que a incerteza em relação aos resultados esperados do crédito alocado à agricultura numa situação de assimetria de informação está na origem e determina em grande medida o comportamento do sector bancário em relação ao crédito agrícola em Moçambique.

## **1.2. Objectivos**

### **1.2.1. Objectivo geral**

Avaliar as implicações da assimetria de informação no mercado de crédito.

#### **Objectivos Específicos**

- Analisar a evolução do crédito agrícola em Moçambique.
- Analisar em termos empíricos as implicações da assimetria de informação no relacionamento entre os agricultores da UCAL e o sector bancário;

## **1.2. Relevância do Tema**

No mercado de crédito, tanto os agentes do lado da oferta (credores), como os da procura (potenciais mutuários) se baseiam na disponibilidade de informação a respeito das condições de acesso ao crédito (Stiglitz & Waiss, 1981). Por um lado, a escassez da informação a respeito de um grupo de potenciais mutuários pode levar ao racionamento do crédito bancário alocado àquele grupo, excluindo do acesso ao crédito mesmo os que tenham capacidade de utilizar e reembolsar o crédito. Por outro, a fraca divulgação das condições de acesso ao crédito bancário pode distanciar os grupos menos informados das oportunidades que o sistema bancário oferece no campo de financiamento de projectos de investimentos, mesmo que estes satisfaçam tais condições.

Sendo a informação um factor relevante para a concessão de crédito, há necessidade de se fazer um estudo para avaliar, em termos empíricos, as implicações da assimetria de informação no mercado de crédito, sobretudo nas zonas rurais moçambicanas. Nesse âmbito o trabalho é importante porque: (i) ajuda a identificar os procedimentos que os bancos adoptam para fazer face aos problemas associados a assimetria de informação; (ii) mostra as implicações da assimetria de informação em termos do fluxo de crédito para os diversos sectores da economia em geral e para a agricultura em particular; e (iii) mostra até que ponto as práticas defensivas dos bancos não são socialmente óptimas e excluem a maioria dos agricultores nacionais no acesso ao crédito.

## **1.3. Delimitação do Âmbito de estudo**

A análise a ser feita no trabalho é no geral, sobre o crédito bancário alocado à agricultura, em termos monetários (ignora-se de momento o crédito em espécie por razões de conveniência metodológica), e cinge-se para o caso moçambicano. O período em consideração é de 1987 a 2004, pois se pretende fazer um estudo que compreenda período da liberalização do mercado, em particular do mercado financeiro.

O facto do estudo se limitar ao caso do crédito bancário alocado ao sector agrícola moçambicano se deve à relevância que a agricultura tem para o desenvolvimento da economia moçambicana no contexto da luta contra a pobreza absoluta.

## CAPÍTULO II

### 2. REVISÃO DA LITERATURA

#### 2.1. Conceitos

Segundo Tavares (1988) e Cabido (1999) a palavra crédito deriva da expressão latina *credare* que significa confiar ou acreditar.

Na teoria económica, Crédito significa a transferência de direitos de propriedade de um dado objecto (ex. Uma quantia em dinheiro) em troca da reclamação de um objecto específico (ex. Certas somas de dinheiro) num ponto específico de tempo futuro (Palgrave Ditionary, 1987:715), e tem como elementos a confiança, o risco, o tempo e as garantias (pessoais e reais).

Das duas definições pode se concluir que uma operação de crédito se traduz numa prestação de capital pelo credor e numa contraprestação (única ou múltipla), diferida no tempo, pelo mutuário, envolvendo a sensibilidade de risco pelo mutuante, que espera obter, no futuro, o reembolso do capital acumulado. Na prática comercial podem se distinguir duas categorias de crédito, nomeadamente:

O Crédito Público, que se materializa através da emissão de títulos governamentais, onde se destacam as obrigações (de tesouro) reajustáveis a um elenco bastante amplo de papéis de crédito. Este crédito pode destinar-se por exemplo à cobertura dos gastos governamentais em educação, saúde, transporte, segurança e outras necessidades orçamentais.

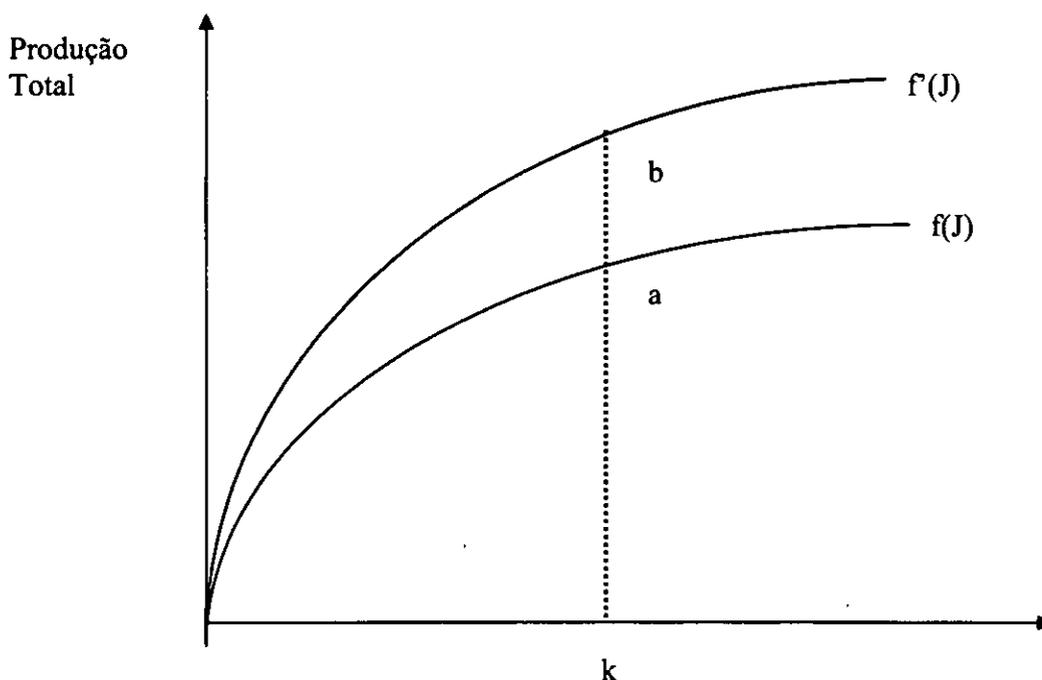
O Crédito Privado caracteriza-se como sendo aquele que é utilizado por empresas industriais, agrícolas, comerciais, de serviços, entre outras, para atender as suas necessidades de investimento e de capital. É ao nível do crédito privado que encontramos o crédito agrícola definido como instrumento da política económica encaminhado para prover a agricultura dos recursos financeiros necessários quando o agricultor carece de recursos financeiros necessários para levar acabo o seu processo produtivo (Nações Unidas, 1954:17).

O crédito agrícola constitui um elemento fulcral para o desenvolvimento rural dado que permite a aquisição de insumos que melhoram a tecnologia agrícola aumentando a produtividade dos factores (terra e trabalho) nas zonas rurais.

Teoricamente, assumindo a função de produção neoclássica, o melhoramento tecnológico na agricultura aumenta a produtividade dos factores produtivos (terra, capital e trabalho) o que, *ceteris paribus*, aumenta o nível de produção como sustenta o gráfico 1.

A função produção  $f(J)$ <sup>3</sup> mostra a relação entre o insumo e produto na agricultura tradicional. Antes da aplicação da modernização o máximo da produção ao nível dos insumos  $k$  é obtido no ponto  $a$ . Com a modernização agrícola, a função produção  $f(j)$  desloca-se para  $f'(J)$ , aumentando o nível de produtividade a cada insumo alocado<sup>4</sup> na parcela produtiva e, o máximo a ser obtido pelos insumos  $k$  é obtido no ponto  $b$ .

Gráfico 1. Impacto do progresso tecnológico na produtividade agrícola



Fonte: Ghatak, 1995

<sup>3</sup> A letra  $J$  representa os insumos ex. terra, trabalho, água, fertilizantes, sementes, etc.

<sup>4</sup> Ghatak (1995)

A questão que se coloca é que tipo de tecnologia introduzir no sector agrícola? Por um lado existe a tecnologia baseada na mecanização ou “tractorização” e por outro existem inovação biológica (sementes melhoradas), no controlo de água (sistemas de regadios), química (adubos, insecticidas, pesticidas, etc.) e progressos na medicina veterinária e na nutrição animal.

Apesar dos seus efeitos negativos a segunda alternativa do aumento da produtividade agrícola tem sido apontada como sendo a mais adequada para os países em desenvolvimento pois é tecnologicamente neutra em termos de escala de produção<sup>5</sup>, e o aumento da produtividade do factor trabalho embora seja de forma indirecta não está associada a substituição da mão-de-obra tal como acontece na mecanização agrícola e, não só, pode aumentar a disponibilidade de terra pelo facto de aumentar a sua produtividade (Todaro, 2000:393; Ellis, 1998:227; Ghatak, 1995:89; Stevens & Jabara, 1988:216-218).

## **2.2. Assimetria de Informação nos mercados financeiros<sup>6</sup>**

Segundo Akerlof (1970), citado por Chu & Schechtman (2004), assimetria de informação é a incerteza a respeito da qualidade do produto a ser transaccionado por parte de um ou mais agentes envolvidos na transacção. Assim, a oferta do crédito baseia-se em informações que os bancos comerciais têm em relação aos potenciais clientes.

Os bancos, segundo Stiglitz (1988a), tal como as empresas comerciais tradicionais, exercem o papel de intermediação entre mutuários e fornecedores de recursos financeiros. Sob o risco de não restituição de empréstimos, os bancos fazem a selecção e monitoria dos seus clientes. Estas tarefas têm sido dificultadas em função das assimetrias de informações existentes entre os tomadores e bancos o que em certas situações pode levar ao racionamento do crédito.

---

<sup>5</sup> Uma tecnologia neutra em escala significa que não é afectado pelo tamanho, a aplicação do progresso tecnológico pode conduzir ao alcance de níveis elevados de resultados independentemente do tamanho (escala) da firma ou farma, tornando-se igualmente aplicável a processos de produção de pequena e grande escala. Um dos exemplos mais citados é o das sementes híbridas da Revolução Verde, que, teoricamente, podem aumentar os rendimentos tanto nas pequenas como nas grandes farmas (caso estejam disponíveis os recursos complementares como fertilizantes, irrigação e pesticidas).

<sup>6</sup> Baseado em Azevedo & Shikida

A assimetria de informação é um elemento a considerar nos mercados financeiros em particular no mercado de crédito rural, se tomarmos em conta as dificuldades que os agentes intervenientes (tanto tomador quanto prestador) enfrentam para obter informações completas sobre os produtos ou serviços a serem negociados, também quanto às cláusulas contratuais ou riscos de inadimplência.

No processo de fluxo de capitais para a agricultura e, não só, o credor (bancos comerciais) cobra um preço, tanto pelo serviço, como pelo risco de inadimplência do mutuário, em forma de taxa de juros (Lazzarini & Chaddad, 2000). A principal característica relativa ao credor e o mutuário é a assimetria de informações, ou seja, situação na qual umas das partes dispõem de uma informação imprescindível a transacção, a qual a outra não tem. Esse tipo de relação causa dois tipos de problemas transaccionais: risco moral e selecção adversa.

Segundo Mishikin (1998), o risco moral ocorre quando o tomador desvia o crédito para outras actividades de alto risco, fora das previstas no contrato, na expectativa de obter maiores retornos ao investimento. Todavia, este procedimento do mutuário pode não produzir os resultados esperados e comprometer o pagamento da dívida. A selecção adversa acontece porque os mutuários conhecem melhor sua capacidade de saldar a dívida *vis-à-vis* o credor.

Para Azevedo & Shikida (1998), o risco moral pode ser de 2 (dois) tipos: (i) o decorrente da sonegação da informação (situação em que um agente mantém alguma informação relevante em segredo, dado ser esta informação comprometedora para o seu cadastro junto à instituição financeira, o que poria em risco a aprovação do empréstimo); e, (ii) o risco decorrente da acção oculta (reflexo da inobservância das acções do agente, isto é, o principal não pode avaliar a acção em qualidade ou quantidade). O resultado da dificuldade em observar as acções do agente tem como efeito a imposição de restrições ao contrato, limitando o comportamento do agente (mutuário) em relação ao seu curso de acção.

Segundo Lazzarini & Chaddad (2000), a selecção adversa expressa o oportunismo do agente (mutuário) num comportamento pré-contratual, visto que este possui informações que o principal (credor) não tem e as oculta para aumentar sua probabilidade de receber o empréstimo. Todavia, apesar do comportamento oportunista do agente, segundo estes autores, há uma base económica

para as transacções entre o credor e o mutuário, que, entretanto, correm no meio de uma divergência de objectivos entre as partes: o tomador de crédito preocupa-se com a taxa de retorno esperado do seu investimento; enquanto o prestador preocupa-se com a segurança da sua carteira de crédito. Além disso, existe assimetria de informação entre as partes, uma vez que somente o mutuário conhece seu potencial para o pagamento do crédito. Desta forma os custos de informação são uma componente importante a ter em conta na concessão de crédito, principalmente no que diz respeito a avaliação de riscos.

Uma das implicações da assimetria de informação é a tomada de decisões sob condições de incerteza, ou seja, não há condições de se prever todas as formas de contingências que podem ocorrer ao longo do tempo em que for estabelecido o contrato, decorrentes do comportamento do agente, de modo que serão feitas as adaptações necessárias no momento em que as contingências forem aparecendo, ditando a renegociação caso a caso pelas partes envolvidas.

Quando se regista uma maior demanda pelo crédito, e os agentes financeiros têm dificuldades na busca de informações perfeitas a respeito dos potenciais mutuários, estes podem optar por uma redução nas linhas de crédito, ao invés de um aumento nas taxas de juro, visto que um aumento nestas pode afastar os mutuários de melhor qualidade e baixo risco, e ainda pode incentivar os investidores a realizarem projectos de risco mais elevado (Stiglitz, 1988a).

Para Hoff & Stiglitz (1993) existem mecanismos para incentivar as relações de crédito no sentido de mitigar o problema da falta de informações, sendo estes:

- Mecanismos directos: são meios utilizados para obter informações a respeito de potenciais tomadores de crédito, limitando o seu fornecimento a tomadores com maior capacidade de pagamento. Também são utilizados meios de garantias para as operações, tal como uso de avais, hipotecas ou penhores e monitoramento das dívidas, a fim de recebe-las no prazo contratual. Os custos destes mecanismos são adicionados à origem do capital.
- Mecanismos indirectos: são contratos formalizados pelo credor de forma a induzir o mutuário a não se tornar inadimplente. Estes mecanismos fazem parte do mercado financeiro, nos termos de crédito, como a taxa de juros e o volume de crédito concedido.

Uma das implicações da assimetria de informação, segundo Hoff & Stiglitz (1993), é o facto de os credores procurarem maximizar um conjunto de características, nomeadamente:

- (i) A demanda de informações intrínsecas do mutuário;
- (ii) Incentivos ao mutuário, no sentido não colocar em risco a sua capacidade de pagamento da dívida;
- (iii) Um controle por parte do credor, no sentido de monitorar a capacidade de pagamento do mutuário de acordo com o contrato pré-estabelecido; e,
- (iv) Execução do pagamento da dívida.

Resumindo, a falta de dados sobre os agentes da transacção pode resultar em escassez de crédito, pois os juros deixam de estabelecer o equilíbrio entre a oferta e a demanda do crédito, ocorrendo o que Hoff e Stiglitz chamam de racionamento do crédito.

Para Besley (1994) a solução para este problema das falhas do mercado na disponibilização de informação passa pela reestrururação do sistema financeiro através da criação de instituições de microfinanças rurais. É um modelo flexível, no sentido de que não exige muitas formalidades para a selecção dos mutuários. Entretanto este modelo, tem a desvantagem na modalidade de reembolso dos fundos emprestados que no geral não é compatíveis com a natureza da actividade agrícola. Segundo porque algumas instituições microfinanceiras simplesmente não financiam a agricultura, porque por um lado elas estão mais preocupadas com a rotatividade dos fundos e, por outro, por julgarem ser uma actividade de alto risco<sup>7</sup>.

Segundo Todaro (2000) a liberalização financeira não significa total exclusão do Estado no mercado financeiro, pois dentro deste, tal como nos outros mercados, existem falhas que derivam de entre outros factores da imperfeição da informação, assim o Estado é chamado para agir em coordenação com o privado na correcção dessas falhas.

---

<sup>7</sup> Em Moçambique a SOCREMO uma das instituições de microfinança mais conhecida na no mercado está neste grupo dos que excluem a agricultura nos seus financiamentos.

### CAPÍTULO III

#### METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia usada para o alcance dos resultados do presente estudo. Para a concretização do estudo foi imprescindível o uso da metodologia mista, que teve como ponto de partida a revisão da bibliografia disponível, com o objectivo de rever os argumentos teóricos sobre o tema em estudo, por forma a sustentar a abordagem teórica deste trabalho.

Em termo geral, a abordagem metodológica deste trabalho consistiu na:

- i. Revisão bibliográfica;
- ii. Pesquisa documental;
- iii. Colecta de dados de campo;
- iv. Análise estatística.

A revisão bibliográfica consistiu na leitura de manuais e artigos ligados ao tema em análise e, neste âmbito fez-se uma leitura pormenorizada sobre os diversos artigos dos vários autores.

A pesquisa documental consistiu na análise dos diversos relatórios divulgados e monitoradas pelo Banco de Moçambique (BMoç) relacionadas com o crédito líquido concedido à economia, complementadas por outros divulgadas por outros organismos, tais como o Ministério da Agricultura (MA) e o Banco Mundial (BM). A este nível conseguiu-se fazer a colecta e sistematização de dados agregados ligados ao crédito agrícola desde 1987 até 2004, pois o trabalho procura fazer o estudo no período que compreende a liberalização económica.

A colecta dos dados de campo realizou-se no distrito de Chókwè, província de Gaza. As informações a este nível foram captadas a través de questionários (complementados por entrevistas formais) de dois tipos (ver nexos 1 e 2). As entrevistas tiveram lugar entre os dias 03 a 11 de Agosto de 2006.

Um dos questionários foi dirigido às instituições financeiras (anexo 1 e a tabela 1). Estas instituições são as únicas operadoras financeiras formais disponíveis ao nível do distrito e, elas fornecem todo o tipo de serviços financeiros entre eles o crédito a todos os sectores de actividade.

**Tabela 1.** Total dos entrevistados a nível das instituições financeiras

Instituição	Categoria/cargo do(s) entrevistado(s)	Nº de entrevistas
Banco austral	Gerente	1
Millennium bim	Gerente	1
BCI-Fomento	Gerente	1
	Administrativo	1
CPL	Oficial de Crédito	1
	Total	5

Fonte: Inquérito do campo, 2006

O outro questionário foi dirigido aos agricultores da UCAL (anexo 2, e tabela 2), que são os potenciais mutuários em estudo. A escolha dos elementos a entrevistar foi aleatória e, obedeceu aos seguintes critérios:

- Primeiro a população pertencente a cada uma das associações que compõe a UCAL foi aglomerada num local onde foram formados grupos com base na técnica de numeração e cada grupo era composto por dois ou quatro elementos dependendo do número de potenciais entrevistados presentes em cada associação, os quais também estavam numerados.
- Depois usou-se a técnica de lançamento da moeda para a escolha dos elementos de cada grupo a serem entrevistados, podendo ser os pertencentes aos números pares ou ímpares.

A técnica de escolha minimizou o risco de discriminação *ex-ante*, pois todos tinham a mesma probabilidade de serem entrevistados (que era de 50%). Todavia esta regra não foi extensiva aos chamados grandes agricultores (membros da APROSEL) por alguns mostrarem indisponibilidade por diversas razões ( alguns estavam ausentes, outros alegaram que a direcção da associação a

que pertenciam era suficiente para prestar a informação necessária), pelo que o questionário a este nível foi respondido pelos elementos presentes.

**Tabela 2.** Total de entrevistas a nível dos agricultores

Zona Agrícola	Associação	Categoria/cargo do(s) entrevistado(s)	Nº de entrevistas
Da Cidade	Josina Machel	Presidente	1
		Vice-presidente	1
		Agricultores	15
D5A	21 de Maio	Presidente	1
		Vice-presidente	1
			8
D4B	IV Congresso	Vice-presidente	1
		Agricultores	7
De Chókwè	Zonas Verdes	Presidente	1
		Agricultores	7
Lionde	APROSEL*	Presidente	1
		Secretário	1
		Agricultores	5
Total dos entrevistados			50

\* Associação dos Produtores de Sementes do Limpopo

Fonte: Inquérito de campo, 2006

O tamanho da amostra foi definida com base na seguinte na seguinte fórmula<sup>8</sup>:

; em,

Sendo:

população; tamanho da amostra

= erro (5%)<sup>9</sup>; z = está relacionado ao coeficiente de 95% de confiança (1,96);

= informação a priori relativa as característica da população (0,04)<sup>10</sup>;

<sup>8</sup> Esta fórmula foi extraída de Azevedo & Shikida, citando Botter *et al.* (1996).

<sup>9</sup> É o erro máximo usualmente usado em pesquisas sociais (Gil, 2002).

Para a determinação da amostra foi utilizada uma população total de 327 cooperativistas, número fornecido pela UCAL-Chókwe, que se refere à quantidade aproximada de produtores associados cadastrados no Chókwe. Com base na fórmula da amostragem acima apresentada, obteve-se o tamanho da amostra de 50 cooperativistas (conforme vem na tabela 2).<sup>11</sup>

As entrevistas ao nível das instituições financeiras visavam inteirar-se das condições de acesso ao crédito enquanto que as do outro nível visavam colher a sensibilidade dos agricultores em relação àquelas. Esta técnica permite maior flexibilidade por possibilitar o ajustamento aos mais diversos tipos de problemas e informações, permitindo o aprofundamento das informações, quando necessário, em algumas respostas.

A análise estatística consistiu na sistematização dos dados brutos em tabelas e gráficos e no cálculo das medidas de tendência central (média) para a descrição do comportamento das variáveis em análise (crédito por sector, taxa de reembolso, instituições financeiras e agricultores).

Há três limitações sobre a metodologia utilizada: a primeira relaciona-se com a escassez de material publicado sobre o crédito agrícola bancário específico. A segunda refere-se a escassez de material publicado sobre o crédito agrícola em Moçambique. A terceira tem haver com a falta de colaboração dos bancos comerciais nacionais na oferta de informação quantitativa específica a cada banco, razão pela qual os resultados apresentados consideram o problema de uma forma agregada.

Apesar das limitações acima descritas o material que foi possível colectar considera-se suficientemente representativo e consistente para abordar o tema proposto.

---

<sup>10</sup> Presume-se que para a amostra ser definida haja uma possibilidade de apenas 4% desta população não pertencer a cooperativa. O que acontece é dentro da área explorada pelas associações pertencentes a UCAL existem alguns agricultores que não são membros.

<sup>11</sup> Importa dizer que houve dificuldades para a obtenção de informações dos cooperativistas, de modo a permitir uma ampliação da amostra obtida, sobretudo ao nível dos grandes agricultores, o que aumentaria a representatividade do estudo. Para sanar tal dificuldade, a caracterização dos entrevistados seguiu também padrões de tipicidade amostral [sobre isto, ver: GIL (2002)].

## CAPÍTULO IV

### AGRICULTURA E O MERCADO FINANCEIRO

#### 4.1. Antecedentes

A ligação entre o crédito e o desenvolvimento agrícola em Moçambique remota desde o período colonial, sobretudo nos finais da década de 20. A finalidade do crédito agrícola é melhorar os níveis de produtividade e de produção ao nível do sector por forma a aumentar o seu contributo na economia no geral e melhorar o nível de vida das camadas mais pobres.

Assim, a evolução do crédito agrícola no geral pode ser subdividida em três períodos nomeadamente: (i) período colonial; (ii) período da economia centralmente planificada; e (iii) período da economia de mercado. De seguida faz-se a descrição e análise de cada um dos diferentes períodos.

##### 4.1.1. Período Colonial (1929-1975)

O crédito agrícola em Moçambique foi institucionalizado em 1929 através do Diploma Legislativo 79 de 21 de Julho e materializado em 1937 com a criação da Caixa de Crédito Agrícola de Moçambique (Diploma Leg. 561 de 1 de Setembro) que era um fundo alocado pelo governo português para promover uma classe empresarial rural nas colónias que pudesse abastecer a “mãe pátria” de matéria prima e o abastecimento da população colona em crescimento que aumentava a demanda pelos produtos agrícolas. Este crédito era na sua essência de capacitação, isto é, inicialmente destinava-se ao apoio dos agricultores vindos de Portugal, com o objectivo de incentivar a vinda de mais colonos para Moçambique e aliviar o problema de desemprego e sobre-população em Portugal (Castel-Branco, 1994:38).

Esta estratégia implicou a marginalização de agricultores nativos e propiciou o aparecimento de um dualismo na estrutura de produção agrícola rural em que, por um lado, encontrava-se a próspera classe empresarial com o apoio do governo colonial e com uma produção virada para o mercado e, por outro, uma outra sem nenhum apoio e ainda assim explorada pela primeira. A

agricultura tradicional na essência estava virada para a subsistência sendo a sua integração no mercado apenas marginal principalmente derivada da necessidade de pagamento dos impostos (Ibid.).

Reconhecendo o erro estratégico, o governo colonial cria pelo Decreto 4633 de 28 de Maio de 1945, o fundo de crédito rural com o fim de financiar a agricultura tradicional.

#### **4.1.2. Período Pós-Independência (1975-1986)**

Com a queda do regime colonial em 1975, verificou-se uma diminuição do financiamento solicitado pelos agricultores, dado que a maior parte dos empresários que se beneficiavam do crédito abandonaram o país (Assane, 1999:10).

Como forma de colmatar o vazio deixado pelos colonos em 1977, a FRELIMO, reunida no seu III Congresso definiu, no âmbito das directivas económicas e sociais, novas orientações para o sector agrícola, dando prioridade ao crédito às empresas estatais. Até 1984 mais de 90% de investimentos e técnicos qualificados alocados à agricultura destinou-se ao sector estatal, com pouco mais de 5% do investimento e de técnicos afectos a agricultura a serem alocados para os três remanescentes sectores: familiar, cooperativo e privado (Castel-Branco 1994:59; PROAGRI, 1998-2003:15).

O crédito dirigido à agricultura tinha o Estado como avalista principal que oferecia garantias aos bancos, e a banca respondia aos objectivos centralmente planificados. Foram feitos esforços no sentido de revitalizar a produção agrícola através da maior aposta na mecanização, todavia a produtividade neste sector permanecia baixa, e no geral o aumento da produção relacionava-se com a expansão das áreas cultivadas (Ibid. 1994:60). Este cenário exigiu outro grau de reformas, sobretudo no seu relacionamento com o mercado financeiro, mormente com a introdução do PRE.

#### **4.1.3. Período da Economia de Mercado (1987-2004)**

Este período é marcado por alterações marcantes na estrutura da oferta sectorial do crédito líquido à economia, com os sectores de agricultura e indústria a perderem a sua hegemonia preferencial de alocação dos recursos financeiros pelo sector bancário a favor dos sectores do

comércio e serviços (sobretudo a área dos transportes e comunicações<sup>12</sup>). Com a privatização dos bancos estatais e a conseqüente liberalização do mercado financeiro, os bancos passam a ter um poder discricionário e a alocação dos fundos passa a ter como objectivo a sua rentabilização e o preço (as taxas pelo serviço financeiro) passa ser fixado de acordo com as leis do mercado.

Como forma de amortecer o impacto negativo da liberalização o governo cria em 1988, a Caixa de Crédito Agrário para o Desenvolvimento Rural<sup>13</sup> (CCADR), operando dentro da estrutura do Banco Popular de Desenvolvimento (BPD) e alimentada fundamentalmente com fundos colocados à sua disposição pelo Estado, resultantes de contravalores de donativos externos.

Neste contexto, foi atribuída a CCADR o papel de criação de fórmulas diferentes às leis de mercado que permitissem a prática de condições preferenciais de juro e prazo, privilegiando a promoção do investimento no campo incluindo a criação e manutenção de infra-estruturas básicas como regadios, armazéns; conceder créditos para o investimento relativo a industrialização de produtos agro-pecuários com maior prioridade às cooperativas e aos pequenos e médios produtores ( De Araújo, 1992:14).

Na sua breve existência, a CCADR teve uma taxa de reembolso média de cerca de 20% dos créditos concedidos.

#### **4.2. Evolução do crédito bancário em Moçambique**

No âmbito dos objectivos da política agrária as estratégias da canalização dos recursos financeiros através das linhas de crédito especiais ao sector agrícola, que permitissem a aquisição de equipamentos e insumos de produção foram definidas como uma das formas de melhorar a produção agro-pecuária – garantir a segurança alimentar, geração de emprego, redução da pobreza rural e desenvolvimento sustentável (PROAGRI, 1998). Entretanto, a análise do comportamento do crédito líquido a economia oferecido pelo sector bancário (crédito deduzido

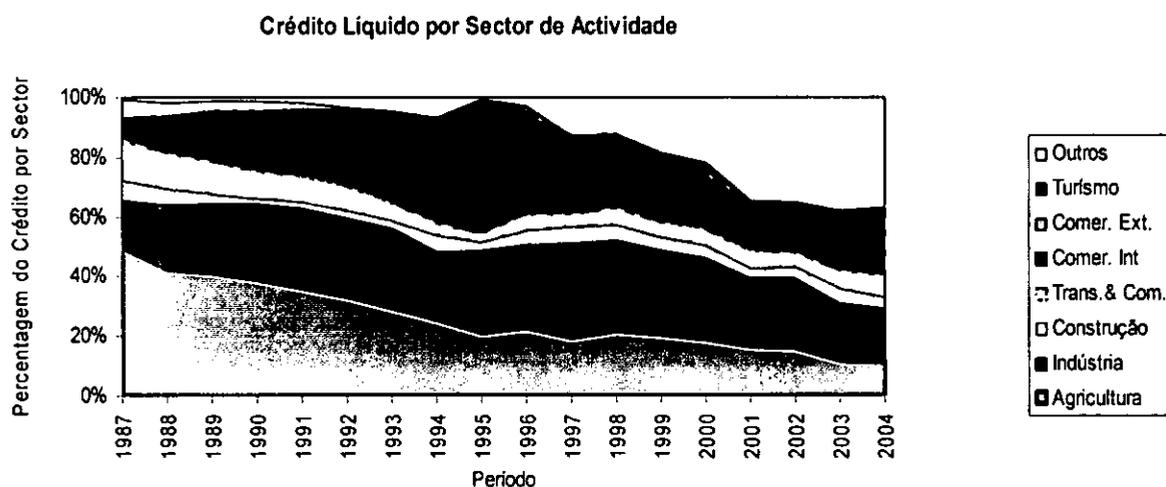
---

<sup>12</sup> Vide o gráfico 2.

<sup>13</sup> O Decreto nº25/87 do Conselho de Ministros que cria a CCADR define o crédito como “instrumento importante no processo de promoção de produtividade e elevação do nível de vida rural” e reconhece que nas actuais condições do país, a taxa de juro das operações de crédito normais entravava o desenvolvimento necessário à formulação de novas iniciativas para a área agrícola.

das amortizações) desde a introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE) em Moçambique em 1987 mostra uma mudança estrutural considerável em relação a sua alocação sectorial na economia (vide o gráfico 2).

**Gráfico 2. Crédito Líquido por Sector de Actividade**



Fonte: Banco de Moçambique – DEE, 1992-2005

No período que se estende desde a introdução do PRE houve um racionamento<sup>14</sup> do crédito alocado ao sector agrícola. Entre 1987 e 2004, o crédito à agricultura decresceu substancialmente tendo caído de uma percentagem próxima de 50% para um nível muito próximo de 10% (cerca de 11% em 2004), vide o gráfico 2.

Em contrapartida, sectores como o comércio e serviços (*outros*<sup>15</sup>) tem estado a beneficiar da maior proporção do crédito alocado a economia. Uma das razões principais do fluxo de crédito para esta componente tem haver com a elevada rotatividade do capital dentro desta, apesar de a sua taxa de reembolso (vide a tabela 3) em média ser inferior a dos outros sectores devido ao maior índice de reincidência do crédito dentro da mesma.

<sup>14</sup> O termo racionamento foi extraído de Stiglitz, quando discute a assimetria de informações no mercado de crédito, e reflecte o facto de os bancos como forma de minimizar o risco de inadimplência e desencorajar os desvios na aplicação dos fundos tomados de empréstimo (risco moral), reduzir a proporção do crédito alocado a um certogrupode clientes para uma mesma taxa de juro optima.

<sup>15</sup> Corresponde ao crédito para habitação, consumo (imóveis, viaturas, etc), empresas de serviços (seguros, escritórios, consultorias) e outros diversos sectores que não cabem no quadro acima.

Um dos indicadores *proxy* do risco de inadimplir é a taxa de reembolso do crédito concedido aos agentes económicos. A taxa de reembolso do sector agrícola situou-se abaixo da média de todos os sectores, cerca de 49.59% contra 55.16% (Tabela 3) o que reduz o nível de confiança que o sector bancário deposita aos clientes a nível deste sector.

**Tabela 3.** Taxa de Reembolso Por Sector de Actividade

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Média
Agricultura	58,4	62,6	90,3	89,07	54,08	45,33	39	34,67	5	78,67	19	49,593
Indústria	96,5	71,67	95,27	84,27	64,7	57	57	24,67	7,7	67,67	18,33	55,259
Construção	83,2	65,6	122,17	66,87	51,9	35,46	39	50,67	21,7	85	64,6	62,564
Trans.& Com.	80,5	90,3	80,1	87,93	72,43	53,3	63,3	29,33	23	102,33	30,33	61,932
Comércio	85,9	86,2	93,77	79,27	71,93	63,23	63	34	10,3	79	21,33	59,105
Comerc. Agr.	75,03	72,9	120,57	40,27	59,17	66,57	38	74,33	24,33	37	5,33	51,569
Outros	65	31,3	54,23	37,33	56,97	45,67	54	28,7	48,33	67,33	32,33	46,127
Média	77,79	68,653	93,773	69,287	61,597	52,366	50,471	39,481	20,051	73,857	27,321	55,164

Fonte: Banco de Moçambique – DEE, 1992-2005

Há que sublinhar o facto do sector bancário, no âmbito do financiamento agrícola, privilegiar a comercialização agrícola. Essa preferência explica-se pelo facto da comercialização agrícola apresentar taxas de reembolso que superam as taxas de reembolsos dos créditos concedidos para novos investimentos agrícolas. Tal como sustentam as percentagens (tabela 3), enquanto a taxa de reembolso na agricultura (novos investimentos e fundos operacionais) era estimada em 49,59% para a comercialização agrícola esta em média estimava-se em cerca de 51, 57%.

Contudo, para ambos os casos a taxa de reembolso é menor se comparada com a dos outros sectores. Esta diferença da taxa de reembolso é um dos factores que pode explicar o comportamento dos bancos comerciais em relação ao crédito alocado ao sector agrícola, dada a dificuldade de fazer a classificação *ex-ante* dos potenciais tomadores, quanto ao seu comportamento em relação ao crédito.

### **4.3. Implicações da assimetria de informação no mercado de crédito agrícola bancário: o caso dos agricultores da UCAL**

Nesta parte do trabalho nos propomos a discutir os resultados da pesquisa, apresentando factores que contribuíram para o racionamento do crédito bancário ao sector agrícola e, avaliamos até que ponto a assimetria de informação pode constituir um factor que limita o crédito bancário alocado à agricultura. Para tal, esta parte do trabalho foi subdividida em três, temos a posição dos credores, a posição dos agricultores e por fim a síntese das duas posições.

#### **4.3.1. Posicionamento das instituições financeiras**

Para o financiamento aos agentes económicos, todas as agências financeiras exigem que estes sejam clientes da instituição, isto é, têm que possuir uma conta bancária, pois isso permite visualizar o historial de actuação de cada candidato ao crédito, facilitando a tomada de decisão para a oferta do financiamento.

Uma vez que tenha a conta bancária, no âmbito da solicitação do financiamento, o cliente tem que apresentar os documentos inerentes à linha de crédito (tabela 4), destacando-se em primeiro lugar o projecto de viabilidade económica ou o plano de produção (100% dos pesquisados acusaram este ponto). Estes documentos devem expor, de forma minuciosa, todos os dados sobre a capacidade de pagamento do agricultor (referente à produção de sua lavoura), e o nível de tecnologia a ser utilizado.

Ainda na relação de documentos exigidos está a análise do historial de crédito (acusado por 75% dos pesquisados), emitida pela própria instituição e o extracto do movimento da conta bancária dos últimos seis meses da data da concessão do crédito (25% das instituições bancárias exigem este documento). Ainda no conjunto dos documentos, cerca de 75% das instituições financeiras tomam em consideração a área de produção utilizada pelo agricultor, razão pela qual exigem o título de uso e aproveitamento de terra. Um outro elemento a ter em conta antes do desembolso do financiamento é a declaração de renda a ser apresentada pelo devedor, ou a declaração do património do avalista, requisitos exigidos por todas as instituições financeiras.

Todos os documentos acima referidos devem ser acompanhados pelo certificado de quitação das finanças (NUIT), que mostra que o potencial devedor tem as suas obrigações fiscais regularizadas.

**Tabela 4.** Posição das instituições quanto à relação de comprovantes de renda e dos bens necessários para compor o cadastro de financiamento.

Comprovante de renda	Nº de instituições entrevistadas que exige o comprovante	Comprovante de Bens	Nº de instituições entrevistadas que exige o comprovante
Análise sócio-económica/planode produção Agrícola	4	Escritura do Imóvel	4
Área do produtor	3	Documento de propriedade de veículo	2
Título de uso e aproveitamento da terra	3	documentode propriedade de máquinas	2
Declaração dos rendimentos / património do fiador	4	Outros*	1
Análise da conta corrente	4		
NUIT <sup>16</sup>	3		

\* Visitas ao local onde o bem colocado em garantia se encontra

Fonte: Dados da Pesquisa

As instituições pesquisadas acusaram como comprovantes de capital importância: a escritura dos imóveis (as quatro instituições pesquisadas, exigem tal documento) que servem de colateral<sup>17</sup>. Os veículos e máquinas agrícolas são considerados como bens de garantias por cerca de 50% das instituições financeiras.

<sup>16</sup> Certificado de quitação das finanças

<sup>17</sup> Segundo as instituições financeiras, as garantias tem que estar acima de 100% do valor do empréstimo solicitado incluindo os juros e varia entre 125% a 300%. Estes mecanismos para a mitigação dos problemas decorrentes da informação, Stiglitz & Hoff (1993) classificaram-nos como sendo directos, pois existem os mecanismos indirectos que tem haver com a taxa de juro cobrada e o volume de crédito alocado.

Estes mecanismos preliminares utilizados pelas instituições visam reduzir a selecção adversa, pois o banco com base na informação colhida pode decidir a favor ou não ao financiamento do cliente (Stiglitz & Hoff, 1993).

As instituições no processo da avaliação do potencial candidato ao crédito procuram obter o maior número possível de informações relativas àquele, tal como sustenta a tabela 5. As instituições para se prevenir dos possíveis problemas de selecção adversa procuram indirectamente obter informações comerciais a respeito do proponente ao crédito, sendo que cerca de 75% das instituições faz ao menos uma pesquisa de referência comercial, também obtendo consulta ao Banco de Moçambique (Central de Riscos; três instituições, das quatro pesquisadas, fazem tal consulta), consulta ao movimento da conta corrente (todas as instituições fazem tal consulta), declaração sobre o registro de imóveis (as quatro instituições exigem-na<sup>18</sup>) e apenas 25% das instituições tem recorrido a consulta a outras instituições antes de compor o cadastro do cliente.

Tabela 5. Posição das instituições financeiras rural quanto à quantidade de referências comerciais exigidas e tipos de consultas realizadas antes da aprovação do financiamento

Quantidade de <sup>19</sup> referênci	Nº de instituições pesquisadas que exige referências	Tipos de consultas	Nº de instituições Que consultam
Uma referênci	3	Central de riscos do Banco de Moçambique	3
Duas referências	0	Cartório de registo de imóveis	4
não exige referênci	0	Movimentos da conta corrente	4
		Historial de crédito	3
		Outra instituições	1

Fonte: Dados da Pesquisa

Os financiamentos anteriores realizados pelos produtores são analisados por cerca de 75% das instituições financeiras locais. Esta avaliação visa verificar o historial de liquidez do produtor

<sup>18</sup> Exigem a certidão de propriedade do imóvel colocado como garantia.

<sup>19</sup> A maioria das instituições exigem neste âmbito a apresentação de facturas pró-formas de bens a adquirir, não se importando necessariamente a quem adquirir os tais bens.

junto à instituição ou outros bancos e se há resquícios de débitos pendentes. Isto significa que, para que o produtor obtenha o financiamento das despesas para a campanha em vigência, é necessário que os débitos da campanha anterior estejam liquidados, salvo casos em que houve outra forma de negociação em virtude de eventuais frustrações de colheitas por intempéries ou outros motivos.

A verificação dos financiamentos passados auxilia a instituição na minimização da ocorrência de risco moral (dada a assimetria de informações), ou seja, o produtor pode ter desviado o crédito de financiamentos passados para outras actividades de maior risco e não ter conseguido até então cumprir com o compromisso de pagamento, o que levará à restrição de novo crédito (Mishkin, 1998).

Em relação ao cadastro do cliente, das instituições pesquisadas, 50% confiam-no plenamente como sendo um eficiente veículo para a aprovação do crédito. Entretanto a confiança do cadastro em 100% não significa que a instituição tenha toda a informação relevante para a celebração dos contratos de financiamento. O cliente ao preencher esse cadastro pode omitir as informações comprometedoras, pelo que sempre tem que existir espaço para uma renegociação dos termos de contrato (Lazzarini & Chaddad, 2000; Rocha, 2001). A outra metade das instituições financeiras não confia no cadastro do cliente como sendo um veículo eficiente para desembolso de crédito, dada a existência da probabilidade de o cliente omitir certas informações que possam comprometer a sua eleição para o acesso ao crédito.

Quanto ao nível de conhecimento dos clientes (Tabela 6), apenas 50% dos agentes financeiros têm 100% de conhecimento sobre os seus clientes, visto que estes são clientes antigos, com óptima reputação e histórico de actuação junto à instituição. O restante dos entrevistados apresenta 75% de conhecimento dos clientes, o que evidencia um certo grau de informações imperfeitas que ainda prevalecem neste mercado de crédito. Ou seja, 25% de informações dos clientes são desconhecidas pela instituição, e podem estar contendo importantes dados que poderiam garantir o retorno mais seguro para o banco dos financiamentos efectuados.

Tabela 6. Informação do agente financeiro quanto ao nível de conhecimento que tem de seu cliente (potencial mutuário)

Nível de conhecimento	Nº das instituições	%
100%	2	50
75%	2	50
50%	0	0
25%	0	0
0%	0	0
Total	4	100

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação as acções a tomar caso ocorra uma situação adversa, como por exemplo a incapacidade de reembolso do crédito concedido dentro do prazo previsto no contrato, todas as instituições tem procedido de uma forma comum. As quatro instituições pesquisadas admitem a possibilidade de renegociação da dívida, e só depois, caso não haja uma outra solução é que se efectua a execução das garantias. Contudo, as instituições lamentam o facto de o sistema judicial ser moroso caso haja necessidade de execução de garantias.

Entre as principais causas que levam ao incumprimento das cláusulas dos contratos ao nível dos agricultores, segundo as instituições, estão a frustração das colheitas derivadas principalmente pelas calamidades naturais (como por exemplo as cheias, os ciclones e a seca), a invasão das viroses e queda de preços dos principais produtos devido a concorrência com os fornecedores sul-africano.

Concluindo, as instituições financeiras declararam ser imprescindível a colecta destas informações para a decisão de libertação do empréstimo, pois com o conhecimento da relação dos principais bens e a constituição da renda do produtor facilita uma previsão da sua capacidade de saldar a dívida no futuro, diminuindo desta forma a probabilidade de ocorrer alguma forma de selecção adversa e isso minimiza os possíveis prejuízos que possam surgir derivados do efeito de risco moral ou incentivo adverso.

#### 4.3.2. Posicionamento dos agricultores

Para o universo da amostra pesquisada, observou-se que 86% dos produtores estão na faixa etária que vai dos 29 aos 59 anos, e apenas 14% dos produtores estão na faixa etária de 60<sup>20</sup> e mais anos. Outra característica importante é o grau de escolaridade (tabela 7), onde a taxa de analfabetismo é de 42% que mostra se elevada, e cerca de 50% da amostra concluíram o nível de 1º grau ou ensino básico, sendo que uma segunda parcela, 3%, já concluiu o ensino secundário do 1º Ciclo e apenas 2% fez o ensino técnico (não agrícola).

Estas informações dão a conotação da existência de um elevado índice de analfabetismo entre os produtores pesquisados, que é associado a um baixo nível de escolaridade. Ademais, dessa população analisada a que tem idade escolar já não apresenta interesse em retornar à sala de aula, devido principalmente às exigências de sua profissão no campo. Entrementes, com um nível mais elevado de escolaridade poder-se-ia reduzir talvez o nível de assimetria de informações entre tomadores e agentes financeiros, minimizando o problema de acesso a informações referente às instituições financeiras, suas normas e modo de funcionamento.

Tabela 7. Nível de escolaridade dos entrevistados.

Nível de escolaridade	Observacoes	%
Ensino primário		
1º grau	25	50
2º grau	-	-
Ensino secundário		
1ºCiclo	3	6
2ºCiclo	-	-
Ensino Técnico		
Agrário	-	-
Outros	1	2
Ensino superior	-	-
Sem escolarização	21	42
Total	50	100

Fonte: Dados da Pesquisa

<sup>20</sup> A idade do proponente mais a duração do crédito não deverá exceder 60 anos (informação colhida no Banco Austral, Agência de Chókwè)

Quanto ao tamanho da área de cada produtor (Tabela 8), verifica-se que, para a realidade da UCAL, a população da amostra compreende um nível que varia de pequenos até grandes produtores, predominando 76% da população com área até 2 hectares. Isso indica que dado o tamanho de suas áreas, os níveis de tecnologias e os elevados custos de produção, há necessidade de se recorrer ao crédito para melhorar a sua actividade agrícola.

A maioria dos entrevistados (94%) afirma nunca ter se beneficiado de crédito bancário nos últimos 15 anos e destes 98% afirma nunca ter procurado o financiamento bancário. Deste grupo uns alegam a falta de informação relativa as condições de acesso ao financiamento bancário (82% dos entrevistados acusaram esse motivo) e outros (cerca de 16% dos entrevistados) referiram-se a outros motivos tais como: (i) o limite de idade mínima exigida; (ii) auto-financiamento; (iii) auto-reconhecimento da incapacidade de reunir os requisitos de elegibilidade, entre outros motivos. Apenas 2% dos entrevistados alegaram terem sido excluídos por não possuírem as garantias reais.

**Tabela 8.** Área de cultivo dos potenciais tomadores de crédito do regadio de Chókwè

Área cultivada	Observações	%
Até 2 Ha.	38	76
2 a 5 Ha.	5	10
5 a 10 Ha	0	0
maior de 10 Ha	7	14
Total	50	100

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação ao acesso ao crédito por instituições financeiras, da população entrevistada que teve acesso ao crédito (cerca de 6%) conseguiu-o no BCI-Fomento<sup>21</sup>. A outra parcela, cerca de 94%, nunca recorreu a nenhum banco para pedir o financiamento pois julgam não conhecer os procedimentos para o acesso ao crédito bancário.

Em relação aos documentos exigidos pelas instituições financeiras para concessão de financiamento, a maioria dos agricultores só sabe que o banco exige garantias para a concessão

<sup>21</sup> Esta instituição é a que até ao momento está virada ao crédito agrícola, isto é, tem maior proporção de crédito (acima de 50% da sua carteira de empréstimos) para o sector agrícola no distrito de Chókwè.

do crédito e segundo eles, só pelo facto de não satisfazerem esta condição, eles se abstêm de pedir o acesso ao crédito bancário mesmo sabendo da possibilidade da sua existência. Segundo o que eles afirmaram, organizaram-se em associações para constituírem uma garantia solidária e reduzir os custos de monitoramento para os credores mas, nem com isso conseguem ter acesso ao crédito ao nível das instituições bancárias tradicionais. Entretanto, os poucos agricultores (cerca de 6%) que tiveram o acesso ao crédito bancário tem a informação inerente aos documentos exigidos pelas instituições financeiras, tanto para documentos, comprovante de renda e de bens, não há desconhecimento entre o prestador e o mutuário, visto que estes últimos estão cientes das exigências dos bancos, dada pela necessidade que se tem de obter financiamento, o que os leva a cumprir com a documentação solicitada.

Quanto à necessidade de financiamento, a maioria dos entrevistados, tanto os que tiveram ou não o acesso ao crédito, cerca de (79%) precisa de recursos para custear as suas lavouras e para a aquisição de bens de capital de uso agrícola como por exemplo juntas de bois e respectivas charruas, fertilizantes e insecticidas. Cerca de 20% dos elementos entrevistados afirmaram precisar de crédito para a aquisição de máquinas agrícolas (tratores e motobombas).

A necessidade de recursos segundo os agricultores se dá em parte pela falta de capitalização dos mesmos, mas também pela atractividade dos juros mais baixos e prazo de pagamento que ao nível da banca vai de acordo com a vigência do ciclo produtivo, se comparado com as instituições de micro-finanças que cobram juros mais altos e as exigências de capital são de muito curto prazo (um mês após a concessão do crédito o produtor tem começar a amortizar o capital e a pagar os juros o que não respeita vigência da actividade). Apesar das vantagens a nível do sector bancário a maioria não procura o crédito nos bancos pela auto-discriminação, sobretudo relacionada com a falta de informação inerente aos procedimentos a serem seguidos para ter o acesso ao crédito bancários.

Para cerca 95% do total dos entrevistados há consciência de que os produtores são avaliados pelos agentes financeiros pela sua capacidade de pagamento, sendo que os produtores com maior liquidez são os mais propícios a conseguirem a desembolso de crédito. A evidência confirma esse facto, pois os poucos agricultores (cerca de 6%) que tiveram acesso ao crédito para além de

possuírem áreas acima de 10 hectares possuem por exemplo conta bancária a prazo, e no geral são os que tem maior nível de escolarização, o que aumenta a sua confiança pela banca.

Em relação as taxas de juros, os produtores acreditam que o banco não faz nenhuma classificação dos clientes que resulte na diferenciação das taxas pois, as taxas cobradas são as que vigoram no mercado e todos os mutuários estão sujeitos a estas taxas (tabela 9). A taxa de juro de referência dos bancos é a MAIBOR.<sup>22</sup>

Sintetizando as duas posições (Tabela 10), pode-se observar, por um lado, que 100% das instituições emprestadoras destacam o projecto de viabilidade económica e a conta bancária como condições indispensável para a aprovação de um determinado financiamento. Por outro, apenas 16% dos tomadores de crédito estão cientes da exigibilidade do documento sobre o projecto de viabilidade económica ou plano de produção agrícola (essencial para a desembolso do recurso pedido).

**Tabela 9.** Contraposição das informações colhidas (em termos percentuais) junto aos agricultores membros da UCAL e dos gerentes das instituições financeiras

Documentos exigidos/Atribuições	Instituição	Agricultores
Projecto de viabilidade económica/Plano de produção	100%	16%
Análise de crédito	75%	8%
Título de uso e aproveitamento de terra	50%	S/ Informação
Escritura do bem usado como garantia	100%	8%
Conta bancária	100%	18%
Confiabilidade do cadastro é de 100%	50%	Não Existe
Flexibilidade da taxa de juros e prazo a partir do cadastro	0%	Não existe

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação a apresentação do título de uso e aproveitamento da terra cerca de 75% das instituições exigem tal documento, entretanto nenhum dos agricultores entrevistados se referiu a importância deste documento na solicitação do financiamento. A outra divergência tem haver com o registo de imóveis, enquanto todas as instituições exigem que tal seja observado, apenas

<sup>22</sup> Este ano a taxa está entre 15,94% a 25,00%. (BMoç, 2006)

8% dos agricultores conhecem este facto, o que pressupõe que a maioria dos agricultores não tenham os seus imóveis registados.

No que diz respeito a confiabilidade dos dados constantes no cadastro dos clientes, apenas 50% das instituições financeiras dizem conhecer em 100% o seu tomador de crédito e isso aprofunda o distanciamento que existe entre os credores e os potenciais mutuários. Este distanciamento se verifica pelo facto de a parte desconhecida poder ter capacidade de reembolsar os empréstimos concedidos, mas que, devido a assimetria de informação não tem o acesso ao crédito.

O baixo nível de escolaridade da maioria dos agricultores entrevistados (cerca de 50% só tem o nível primário, apenas 6% tem o nível secundário do 1º ciclo e 2% tem uma formação técnica mas não agrícola), também é uma das limitantes da aproximação destes ao sector bancário. Este factor, de certo modo, constitui uma barreira no que tange ao esclarecimento de alguns requisitos ou condições que certamente uma pessoa de maior nível de escolaridade teria ou absorveria com maior simplicidade.

A maioria dos agricultores não tem conta bancária, apenas 18% dos entrevistados a possuem e desses somente 11,11% possuem conta a prazo. Esta evidência é um dos factores constrangedores do crédito aos agricultores, pois os bancos com base nesta evidência assume que a produção dos agricultores não vai ao mercado mas sim para o auto-consumo.

As práticas defensivas como a exigências de colaterais com valores acima de 100% do empréstimo solicitado, aprofunda ainda mais a exclusão dos agricultores com insuficiência de liquidez, mas que tenham capacidade de aplicar os recursos em fins produtivos afim de reembolsar o crédito (Chu & Bader,2002). Entretanto, os bancos declararam essas práticas permitiram que a taxa de reembolso (que é a *proxy* do risco de crédito) melhorasse nos últimos anos situa-se acima de 90%.

## CAPITULO V

### CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

#### 5.1. Conclusões

O crédito é um elemento crucial para o desenvolvimento de qualquer economia, pois minimiza ou colmata a diferença entre a dimensão do investimento e a capacidade do investidor, permitindo a aquisição dos meios que aumentam a sua produtividade. Mas também, o crédito constitui a principal actividade rentável das instituições bancárias, facto que justifica a sua oferta em função da confiança que elas depositam nos potenciais candidatos ao crédito.

Assim, os sectores com uma maior incerteza nos resultados esperados devido a dificuldade de recolha de informação satisfatória relativa a actividade dos clientes enfrentam grandes dificuldades de acesso ao crédito bancário, pois, nesses sectores a expectativa dos retornos é muito baixa, o que foi constatado no presente estudo.

Do estudo feito ao nível dos agricultores pertencentes a UCAL em Chókwè constatou-se que a maioria dos agricultores (cerca de 94% dos agricultores entrevistados) não tem se beneficiado do crédito bancário e, a assimetria de informação associada a imperfeição da sua circulação constitui um dos grandes constrangedores do fluxo de crédito ao sector agrícola. Estes factores levam com que o crédito alocado aos agricultores seja proporcionalmente reduzido se comparado com o crédito alocado a outros agentes económicos onde o risco de crédito percebido pelos bancos é relativamente reduzido.

Oitenta e dois por cento nunca solicitou o financiamento bancário por falta de informação relacionada aos requisitos para o acesso ao crédito ao nível do sector bancário, e os poucos agricultores (cerca de 6% dos agricultores entrevistados) que tiveram o financiamento bancário conhecem os requisitos de elegibilidade e no geral são os que têm um nível de escolaridade acima do básico, têm hábito de poupança e têm áreas de cultivo acima de 10 hectares.

Mesmo ao nível das próprias instituições existe uma discrepância quanto a confiança em termos de idoneidade dos potenciais clientes, onde metade das instituições afirmaram conhecer apenas

75% dos seus clientes, o que implica que 25% das informações dos clientes são desconhecidas, o que indicia informação imperfeita entre as instituições financeiras.

Os resultados do estudo mostram que as práticas defensivas dos bancos no âmbito da redução da incerteza derivada da assimetria de informação resultam uma selecção adversa, afastando a maioria dos agricultores dos serviços bancários nas zonas rurais, resultando no menor fluxo de crédito para o sector agrícola.

## 5.2. Recomendações

Uma vez que o mercado por si só, ainda não é capaz de resolver as falhas decorrentes do seu próprio funcionamento recomenda-se:

- (i) O desenvolvimento de acções que permitam uma maior aproximação entre o sector bancário e os agricultores e isso passa, por exemplo, pela capacitação formal dos agricultores sobre a utilização racional do crédito através da coordenação entre o Estado e o sector bancário.
- (ii) No pressuposto de que a maioria dos agricultores são pobres, o financiamento das associações daqueles mostra-se relevante pois a responsabilidade a este nível é solidária o que pode minimizar o risco moral.
- (iii) Como uma questão para a reflexão nos estudos posteriores, pode se considerar a criação de uma instituição que garanta o seguro contra o risco de possíveis maus resultados agrícolas. Os fundos para esta instituição podem ser, por exemplo ao nível da carteira do fundo da Acção Social através da constituição de uma verba dentro deste fundo para minimizar a exclusão dos agricultores pobres no acesso ao crédito.

## ANEXOS

### Anexo 1. Questionário às instituições financeiras

#### Instruções

O presente inquérito tem em vista investigar, do ponto de vista científico, as razões do decréscimo do crédito alocado pelo sector bancário a agricultura em Moçambique.

É livre de exprimir a sua opinião adicional sobre outras questões sobre outras questões relevantes para o problema que está sendo estudado, que não esteja explicitamente nas questões apresentadas.

#### I. Dados do Inquirido

Nome(facultativo):.....

Profissão.....

Local de Trabalho.....

Cargo.....

Instituição a que pertence.....

#### Inquérito

##### I. Questões Gerais

1. O banco financia a agricultura?

Sim\_\_

Não\_\_

a) Se não quais as razões:

• Dificuldades de monitoramento\_\_

• Outras razões\_\_

1. Quais dos seguintes agricultores são privilegiados no financiamento?

• Grandes\_\_

• Médios\_\_

- Pequenos\_\_
- Todos\_\_

2. Antes da concessão de crédito ao potencial tomador a instituição exige uma relação de comprovantes?

Sim\_\_

Não\_\_

3. Caso tenha respondido afirmativamente, assinale com x a parte correspondente a quantidade de referências exigidas no quadro abaixo apresentado.

a) comprovantes de renda para compor o cadastro de financiamento:

- Análise sócio – económica\_\_
- Bloco de produtor\_\_
- Título de uso e aproveitamento de terra\_\_
- Declaração de renda\_\_
- análise da conta corrente\_\_
- outros\_\_

b) Quais dos seguintes bens são necessários para compor o cadastro de financiamento:

- Escritura do imóvel rural\_\_
- Escritura do imóvel urbano\_\_
- Documento de propriedade de veículo\_\_
- Documento de propriedade de máquinas\_\_
- Outros\_\_

4. Na concessão de crédito exigem referências comerciais?

Sim\_\_

Não\_\_

a) Caso exijam, por favor marque com um x a parte correspondente a quantidade de referências exigidas na tabela abaixo:

Quantidade	Observação
uma referência	
Duas referências	
Três ou mais referências	
Não exige referências	

5. Antes da concessão do crédito a instituição tem feito alguma consulta sobre o cadastro do potencial mutuário?

Sim \_\_\_  
Não \_\_\_

a) Assinale com x os Tipos de consultas realizadas para a desembolso de financiamento.

- Central de risco de créditos bancários (Banco de moçambique) \_\_\_
- Historial do Crédito \_\_\_
- Cartório de registro de imóveis \_\_\_
- Tribunal \_\_\_
- Movimento de conta corrente \_\_\_
- Outras instituições \_\_\_
- Outros \_\_\_

6. Será que a instituição tem se preocupado com o nível de conhecimento que tem sobre os seus clientes?

Sim \_\_\_  
Não \_\_\_

a) Por favor assinale com um x a parte que achar correspondente ao nível do conhecimento que a instituição tem de seu cliente (tomador)

Nível de conhecimento	Resultado
100%	
75%	
50%	
25%	
0%	

## II .Questões Específicas

2. Qual é o comportamento da procura de crédito agrícola nos últimos 5 a 10 anos?

- Crescente \_\_\_
- Estável \_\_\_
- Decrescente \_\_\_

3. Qual é a média da taxa de reembolso(X) nos últimos 5 ou 10 anos?

- Baixa [ $0 < X < 50$ ] \_\_\_
- Média [ $50 < X < 95$ ] \_\_\_
- Alta;  $X > 95$  \_\_\_

4. Caso haja incumprimento dos contratos há espaço para um renegociação dos mesmos ou entra-se logo num processo que culmine com a execução das garantias?
- Sim\_\_
  - Não\_\_
5. Como julga o sistema judicial em Moçambique, caso haja incumprimento dos contratos?
- Menos eficiente\_\_
  - Eficiente\_\_
  - Mais eficiente\_\_

## II. Comentários Gerais

1. Existirão questões não levantadas e que sejam relevantes para o presente estudo?

Sim\_\_

Não\_\_

a) Quais?.....

.....

.....

.....

## Anexo 2. Ficha do Agricultor

### Instruções

O presente inquérito tem em vista investigar, do ponto de vista científico, as razões do decréscimo do crédito agrícola em Moçambique.

É livre de exprimir a sua opinião adicional sobre outras questões sobre outras questões relevantes para o problema que está sendo estudado, que não esteja explicitamente nas questões apresentadas.

### Dados do Inquirido

Nome(facultativo):.....

Zona Agrícola.....

Associação agrícola a que pertence.....

Cargo.....

### I. Questões Gerais

1. Assinale com x a faixa etária a que pertence:

Idade	Observação
até 29anos	1
30-39 anos	6
40-49 anos	16
50-59 anos	14
60 e mais	7

2. Já frequentou alguma instituição de ensino?

Sim\_\_

Não\_\_

a) Assinale com x o nível concluído.

Nível de escolaridade	Observação
Ensino Primário	
1º Grau	
2º Grau	
Ensino Secundário	
1º ciclo	
2º Ciclo	
Ensino Técnico	
Agrícola	

### Questões Específicas

1. Alguma vez se beneficiou de crédito nos últimos 15 anos?

Sim \_\_\_\_\_

Não \_\_\_\_\_

A. Se nunca se beneficiou, quais os motivos?

1. Nunca ter procurado \_\_\_\_\_
2. Não foi selecionado \_\_\_\_\_
3. Outros motivos \_\_\_\_\_

I. Se nunca procurou, quais as razões?

1. Falta de informação \_\_\_\_\_
2. Outros motivos \_\_\_\_\_

II. Não foi seleccionado por:

1. Não ter apresentado garantias reais \_\_\_\_\_
2. Não cumprir com os procedimentos administrativos \_\_\_\_\_
3. Outros motivos \_\_\_\_\_

B. Se já beneficiou de crédito bancário, qual foi a Instituição?

R:.....

1. Qual era a finalidade?

- Financiamento da campanha \_\_\_\_\_
- Aquisição de Maquinas (alfaias) \_\_\_\_\_
- Comercialização \_\_\_\_\_

2. Qual é a sua actual potencial área de cultivo?

Area de cultivo	observação
Até 1 hectar	
2 a 5 hectares	
5 a 10 hectares	
Maior de 10 hectares	

3. Tem alguma conta bancária?

- Sim \_\_\_\_\_
- Não \_\_\_\_\_

Que tipo de conta?

- Corrente \_\_\_\_\_
- A prazo \_\_\_\_\_

4. Já beneficiaram de algum crédito bancário ao nível da associação?

Sim \_\_\_\_\_

Não \_\_\_\_\_

**Anexo 3.**

**Tabela 10. Contributo sectorial no PIB**

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Agricultura	30,4	30	27,3	25,7	21,2	20,1	20,6	19,4
Pesca	4,0	3,9	3,0	2,5	2,4	2,4	1,5	1,4
Manufactura	8,6	9,5	10,9	12,6	12	12	12	11,7
Construção	6,6	6,6	8,3	7,8	8,8	8,1	7,9	11,7
Comércio	23,8	23	22,3	22,1	21,5	22,7	24,7	22,5
Transp.& Com.	8,6	8,9	9,2	9,6	10,5	10,8	11,3	12,2
Seviços	6,1	6,1	6,4	8,8	8,4	7,5	7,5	10,5

Fonte: World Bank Report n°. 32615-MZ

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDRIGHI, D.M. (2004a). *Algumas das Contribuições de Stiglitz à Teoria dos mercados Financeiros*. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A005.pdf>. Acesso em: 03/05/2006.

ASSANE, BACAR. (1999). *Crédito ao pequeno agricultor: disponibilidade, necessidade e problemas*. Tese de licenciatura em Economia. Faculdade de Economia- UEM.

AZEVEDO, C. M & SHIKIDA, P. F.(2004). *Assimetria de Informação e o Crédito Agropecuário: o Caso dos Cooperados da Coamo-Toledo (PR)*. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/pec/notas técnicas/port/2002nt15creditmarket](http://www.bcb.gov.br/pec/notas_técnicas/port/2002nt15creditmarket). Acesso em: 03/05/2006.

BANCO DE MOÇAMBIQUE (org). 1994-2004. *Boletim Estatístico*. Maputo.

\_\_\_\_\_ (org). 1994-2004. *Relatório Anual*. Maputo.

BANCO MUNDIAL (org). 2005. *Mozambique Memorandum*. Report N° 32615-MZ.

BESLEY, T. J. (1994a.). *How do Market failure justify interventions in Rural Credit Markets?* World Bank Research Observer.

CABIDO, J. (1999). *Gestão de Crédito Bancário*. Ulmeiro.

CASTEL-BRANCO, C.(1994). *Moçambique: Perspectiva Económicas*. Maputo: Faculdade de Economia, Universidade Eduardo Mondlane em associação com a Fundação Friedrich Ebert.

CHU, V. Y & BADER, F. C.(2002) *Resenha sobre o Spread Bancário*. Brazil. Banco Central. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/pec/notas técnicas/ingl/2002nt21spreadbancário.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/notas_técnicas/ingl/2002nt21spreadbancário.pdf). Acesso em 15/05/2006

CHU, V. Y & SCHECHTMAN (2004). *O uso de informação no crédito bancário*. Brazil. Banco Central. Disponível em: [http://www. Bcb.gov.br/pec/seminárioBanCre/Port/CVII%.pdf](http://www.Bcb.gov.br/pec/seminárioBanCre/Port/CVII%.pdf). Acesso em 15/05/2005

CPSFR. 2004. *Proposta ao Governo da República de Moçambique para um Estudo de Viabilidade de um Banco Agrário*. Maputo.

DE ARAÚJO, P. 1992. *Rural Finance in Mozambique*. Report of project TCP/MOZ/2251. Maputo.

EATWELL, J.; MILGATE, M. & NEWMAN P. (1987). *Palgrave a Dictionary of Economics*. The Macmillan Press Limited. Vol. 4.

ELLIS, F.(1988).*Peasant Economics*. Cambridge University Press, Cambridge.

GHATAK, S.(1995). *Introduction to Development Economic*. Rutledge. New York.

GIL, A. C. (2002). *Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias*. Atlas. São Paulo. 4ª Edição

HOFF, K. & STIGLITZ, J. E.(1993). *Imperfect information and rural credit markets: puzzles and policy perspectives*. In: Hoff, K.; Braverman, A.; Stiglitz, J. E. (Ed.) *The economics of rural organization: theory, practice, and policy*. Oxford: World Bank/Oxford University Press.

KPMG Moçambique. 2004. *As 100 Maiores empresas de Moçambique*. Maputo.

LAZZARINI, S. G. & CHADDAD, F. R.(2000) *Gerenciamento de tecnologia e inovação em sistemas agro-industriais*. In.: Zylbersztajn, D.; Neves, M. F. (Orgs). *Economia & gestão dos negócios agro-alimentares*. São Paulo: Pioneira/PENSA.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (org). *PROAGRI ( I ).1998-2003*. Documento Mestre- Vol. II. Maputo.

MISHKIN, F.S. (1998). *Moeda, Bancos e Mercados Financeiros*. LTC. Rio de Janeiro. 5ª edição.

MOÇAMBIQUE. (1990).*Constituição*. Boletim da República, 1ª série, nº44. 4ª edição. Maputo.

\_\_\_\_\_. Decreto nº79/29. Boletim da República, I Serie, nº29.

\_\_\_\_\_. Decreto nº561/37. Boletim da República, Serie, nº35.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6/77. Boletim da República, I série, nº12.

\_\_\_\_\_. Decreto nº27/87. Boletim da República, I Serie, nº43.

NAÇÕES UNIDAS. (1954). *Seminário Centro Americano sobre o Credito Agrícola*. México.

STIGLITZ, J. E. (1988a). "A Re-Examination of the Modigliani-Miller Theorem." *American Economic Review* 59(5): 784-93, December 1969. Disponível em: <http://www.jstor.org/view/00028282/di950414/95p01166/0>. Acesso em: 03/05/2006.

STIGLITZ, J. & WEISS, E. A. (1981), "Credit Rationing in Markets with Imperfect Information." *American Economic Review* 71(3)

TAVARES, R. F. 1988. *Crédito e Cobrança*. São Paulo, Atlas.

TODARO, M. (2000). *Economic Development*. England, Addison Wesley. 7<sup>th</sup> edition.

